



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ANEXO V – PENALIDADES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
2.	PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES.....	8
3.	PENALIDADES EM ESPÉCIE	12
3.1.	ADVERTÊNCIA.....	12
3.2.	MULTA	13
4.	PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	17
5.	VALORES DE MULTAS	19
6.	TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES.....	21

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, bem como definir as condutas infracionais e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pelo descumprimento de outras obrigações previstas: (i) no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 68.1 do CONTRATO; e (ii) na legislação e na regulação pertinentes, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará, sempre, o procedimento previsto na Cláusula 68 do CONTRATO, de forma que o PODER CONCEDENTE poderá, além de aplicar a devida penalidade à CONCESSIONÁRIA, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula 68, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, bem como a legislação aplicável.

1.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

1.2.1. Não é cabível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e/ou da razoabilidade para a redução dos valores da penalidade de multa indicados na Tabela de Infrações do item 5 do presente ANEXO ao patamar de que trata o item 3.1.1, considerando que tais valores já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

1.3. A data base das Tabelas constantes deste ANEXO é referente a [--], sendo que os valores das multas serão reajustados pelo IPCA/IBGE para o mês anterior ao pagamento dos valores devidos.

1.3.1. Os valores deste ANEXO deverão ser reajustados quando da ocorrência de cada reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, com base na variação do IPCA, ocorrida entre o mês anterior à DATA BASE constante da Cláusula 3.2 do CONTRATO e o mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

1.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de hipóteses de força maior/e ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

1.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

1.4.2. Para fins de aplicação das penalidades, considera-se:

1.4.2.1. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

1.4.2.2. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovada no correspondente processo administrativo.

1.5. Salvo nas hipóteses previstas no item 1.4, restará configurada infração contratual da CONCESSIONÁRIA, com a aplicação da penalidade correspondente, sempre que verificada conduta descrita na Tabela de Infrações do Item 5 deste ANEXO ou prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação, considerando o disposto no item 3.2.2, sem prejuízo da consideração de eventuais circunstâncias agravantes e/ou atenuantes, sendo irrelevantes:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- (i) A caracterização de incidente notável, nos termos do inciso (viii) do item 7 do ANEXO III.A do CONTRATO;
- (ii) A produção de danos graves ou riscos à prestação dos SERVIÇOS, a USUÁRIOS ou a terceiros, nos casos em que tais circunstâncias não constituam elemento do tipo infracional;
- (iii) As condutas adotadas pela CONCESSIONÁRIA anteriormente ou posteriormente à conduta infracional, ressalvados os casos que constituam atenuante ou INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA;
- (iv) O fato de a infração ter sido cometida pouco tempo depois do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS, sem prejuízo da aplicação da circunstância atenuante de que trata o inciso (iv) do item 3.2.4; e
- (v) O fato de a infração ter como causa:
 - (a) Defeitos de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA qualificáveis como imprevisíveis e/ou improváveis, ressalvados os casos que constituam força maior ou caso fortuito;
 - (b) O estado dos BENS INTEGRANTES transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, salvo se caracterizado vício de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos das Cláusulas 26.1.14, 26.1.3 e 26.1.27 do CONTRATO; ou
 - (c) A ação de SUBCONTRATADOS, fornecedores, funcionários, terceirizados ou empregados da CONCESSIONÁRIA, independentemente do tipo de colaborador envolvido na conduta infracional, sendo imputável à CONCESSIONÁRIA, como se por ela tivessem sido diretamente praticados, todos os atos executados por pessoas físicas e jurídicas que tenha contratado;

1.6. A CONCESSIONÁRIA poderá sofrer, pelo descumprimento de uma mesma obrigação contratual, a aplicação de penalidades previstas neste ANEXO e, cumulativamente, a redução de sua

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, em razão da incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO ou de emissão da ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL ASSISTIDA, considerando que esses últimos não têm caráter sancionatório.

1.7. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infrações relativas à mesma conduta.

1.8. Caso a CONCESSIONÁRIA incorra em infração cujos efeitos perdurem no tempo, além das penalidades descritas neste ANEXO, será cobrada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do dia da materialização da infração.

1.9. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas no item 6 deste ANEXO referentes a infrações cujos efeitos do descumprimento perdurem no tempo, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério, conceder novo prazo para a correção das irregularidades verificadas, que seja tecnicamente compatível com a realização da obra ou serviço não executado.

1.9.1.O período adicional para correção de irregularidades se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério do PODER CONCEDENTE.

1.9.2.A correção das irregularidades verificadas dentro do período adicional previsto no item 1.9.1 isentará a CONCESSIONÁRIA do pagamento da multa moratória prevista no item 1.8.

1.9.3.O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória prevista no item 1.8, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

1.9.3.1. O período adicional para correção de irregularidades não suspende a tramitação de processos sancionatórios já instaurados, salvo caso haja decisão expressa em contrário, tampouco suspende ou impede a própria apuração pelo cometimento de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

novas infrações, não importando se as condutas faltosas cuja prática se pretenda apurar tenham sido realizadas antes ou depois do período tratado pelo Item 1.9.1.

1.10. Sem prejuízo do quanto disposto no item 1.9, sendo aplicada à CONCESSIONÁRIA penalidade relacionada ao atraso ou descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de EMPREENDIMENTOS, bem como de inobservância de prazos estipulados para a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES, a exigibilidade da penalidade correspondente será suspensa até o prazo previsto para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES.

1.10.1. O cumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES acarretará a convalidação de eventual penalidade em advertência nos processos sancionatórios relacionados ao descumprimento das obrigações descritas no item 1.9.

1.10.2. O descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES manterá a exigibilidade das penalidades por atraso ou descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de EMPREENDIMENTOS, bem como de inobservância de prazos estipulados para a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES.

1.10.3. Sem prejuízo do quanto disposto no item 1.10.2, o PODER CONCEDENTE poderá aplicar penalidade pelo descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES, acrescida de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo até sua conclusão definitiva.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

1.10.4. Paralelamente à aplicação da penalidade de que trata o item 1.10.3 será aferido eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma prevista em sua Cláusula 32.2.1.

2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

2.1. Sem prejuízo da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA na forma prevista neste Item, o benefício financeiro eventualmente auferido pela CONCESSIONÁRIA, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, após apuração em processo administrativo, deverá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

2.2. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação de multas comprovadamente devidas, após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso administrativo, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo descontadas em uma única parcela, preferencialmente, da próxima CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e mantido o valor correspondente na CONTA CENTRALIZADORA.

2.2.1. Na hipótese de ter sido a multa espontaneamente quitada na data prevista no seu documento de cobrança, o valor correspondente será direcionado à CONTA CENTRALIZADORA, pelo PODER CONCEDENTE.

2.2.2. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada *pro rata die*, desde a data de sua exigibilidade, na forma do Item 2.2.3, até a data de sua integral satisfação.

2.2.3. Caso não seja possível a dedução de que trata o item 2.2, ou a compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento da multa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório, no mesmo prazo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

2.2.4.O não recolhimento de qualquer multa devida, quando impossível a dedução de que trata o Item 2.2, ou sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave e ensejará a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos estabelecidos no CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias.

2.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:

- a) Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
- b) Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
- c) Enquadramento do fato constatado com as infrações previstas neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis;
- d) Registro fotográfico, quando compatível com a natureza da infração;
- e) Indicação da penalidade cabível, observados os critérios neste ANEXO;
- f) Identificação do agente fiscalizador.

2.3.1.A consumação da infração depende apenas da prática de ato tipificado nos termos do CONTRATO e/ou de seus ANEXOS, independentemente de sua identificação, imediata ou posterior, pelo PODER CONCEDENTE, que, quando da lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO, indicará o fato constatado e a data da consumação da infração, que poderá ser anterior à data da fiscalização.

2.4. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível, por parte do agente fiscalizador, poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, devendo ser

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

2.5. Lavrado o TERMO DE FISCALIZAÇÃO, este deverá ser encaminhado:

2.5.1. À autoridade competente no âmbito do PODER CONCEDENTE, para fins de avaliação quanto à instauração de processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto no artigo 63 da Lei Estadual n.º 10.177/1998; e

2.5.2. À CONCESSIONÁRIA, indicando prazo para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo de concomitante instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.5.2.1. A lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO e a instauração do respectivo processo administrativo sancionatório independem da conclusão dos relatórios e procedimentos técnicos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para a apuração de ocorrências, e da adoção das medidas pertinentes à regularização das faltas e defeitos verificados, inclusive os mencionados no ANEXO III.A e seus apensos, sendo cabíveis assim que, no exercício da fiscalização do CONTRATO, seja constatado algum tipo de infração contratual que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração do descumprimento e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos neste ANEXO e na legislação aplicável, observadas as hipóteses previstas nos Itens 1.9 e 1.10, quando cabíveis.

2.6. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá o PODER CONCEDENTE, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar aos PASSAGEIROS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou possa tornar ineficaz o resultado final do processo.

2.6.1.O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pelo PODER CONCEDENTE configurará circunstância agravante.

2.7. Uma vez citada, mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual n.º 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

2.7.1.A citação referida no Item 2.7 acima deverá ser acompanhada do TERMO DE FISCALIZAÇÃO pertinente.

2.7.2.A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

2.8. O cumprimento das penalidades impostas pelo PODER CONCEDENTE não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas neste CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos PASSAGEIROS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

2.9. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada caso ocorram descumprimentos contratuais decorrentes direta e comprovadamente de:

2.9.1.Evento cujo risco foi atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 26 do CONTRATO;

2.9.2.Eventos previstos nas Cláusulas 25.1.37 e 25.1.10.1 do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA demonstre que tomou todas as medidas cabíveis para evitar a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

materialização do risco e que não concorreu culposa ou dolosamente para o evento, observado o disposto na Cláusula 25.1.37.1;

2.9.3.Excludentes de responsabilidade previstas neste ANEXO.

2.10. A CONCESSIONÁRIA poderá, nos termos da Resolução SPI nº 01/2024, ou outra que a substitua, encaminhar manifestação de interesse na realização da quitação não litigiosa de multas já aplicadas pelo PODER CONCEDENTE, ou objeto de processo administrativo sancionatório em curso.

3. PENALIDADES EM ESPÉCIE

3.1. ADVERTÊNCIA

3.1.1.A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual enquadradas nos Grupos I e II, Nível A, devidamente atualizados nos mesmos termos do item 1.3.1 deste ANEXO, conforme: (a) indicado na Tabela de Infrações do item 5 do presente ANEXO, ou (b) determinado com base na sistemática do item 3.2.3, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a conversão da penalidade de multa em advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, no âmbito administrativo;
- b) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
- c) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- d) não tenham sido causados danos pela infração ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO CONCEDIDO e/ou aos PASSAGEIROS; e
- e) não tenha sido configurada reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme definição da Cláusula 66.3 do CONTRATO.

3.2. MULTA

3.2.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 68 do CONTRATO.

3.2.1.1. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada pro rata die, a contar da data do encerramento do prazo para pagamento, determinado na forma do item 2.2.3, até a data do efetivo pagamento.

3.2.2. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando-se como referência os valores previstos para infrações de semelhante natureza e gravidade, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos PASSAGEIROS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, e/ou a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- c) as vantagens auferidas ou pretendidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- d) a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e
- e) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

3.2.3.O valor base da multa, definido na Tabela de Tipificação das Infrações ou através da sistemática do item 3.2.3 deste ANEXO, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.2.4.São consideradas circunstâncias atenuantes:

- i. O comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade;
- ii. O reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade;
- iii. O concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenham influência no resultado produzido;
- iv. Quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo;
- v. O fato de a infração ter sido cometida durante os primeiros 06 (seis) meses contados do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- 3.2.4.1. A circunstância atenuante de que trata o inciso (v) do item 3.2.4 será aplicável exclusivamente às infrações pertinentes ao SERVIÇO cuja FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL tenha sido iniciada há menos de 06 (seis) meses.
- 3.2.4.2. As circunstâncias atenuantes previstas no item 3.2.4 ensejarão os seguintes descontos sobre as multas:
- a) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (i): Redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - b) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (ii): Redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - c) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (iii): Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - d) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (iv): Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
 - e) Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (v): Redução de 10 % (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 3.2.4.3. A eficácia das atenuantes previstas nos incisos (i) e (ii) do item 3.2.4 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa em seu valor integral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

3.2.5. São consideradas circunstâncias agravantes:

- i. Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé;
- ii. Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo PODER CONCEDENTE;
- iii. Praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;
- iv. Resultarem, a partir da infração, danos aos SERVIÇOS, aos PASSAGEIROS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, e/ou a transeuntes; e
- v. A configuração de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 66.3 do CONTRATO.

3.2.5.1. As circunstâncias agravantes previstas no item 3.2.5 ensejarão os seguintes acréscimos sobre as multas:

- a) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso (i): Acréscimo de 30% sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso (ii): Acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso (iii): Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- d) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso (iv): Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- e) Agravante prevista no item 3.2.5, inciso (v): Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

3.2.6. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- a) a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (i), cumulativamente com a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (ii), prevalecendo a primeira;
- b) a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso (iv), cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, inciso (ii), prevalecendo a agravante; e
- c) qualquer das atenuantes previstas no item 3.2.4, incisos (i), (ii) ou (iii), cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 3.2.5, incisos (i) ou (iii), prevalecendo a(s) agravante(s).

3.2.7. Não serão consideradas na dosimetria da multa as circunstâncias atenuantes ou agravantes que constituam elemento do tipo da infração, descrita na Tabela de Infrações ou identificada com base na sistemática do item 3.2.3.

3.2.8. A existência de vítima em razão de não cumprimento das Diretrizes Operacionais Mandatórias e/ou Diretrizes de Manutenção Mandatórias implicará a imposição de multa, por vítima, no valor da infração referida no item 99 da Tabela de Tipificação das Infrações.

3.3. A classificação das infrações prevista na Tabela de Tipificação das Infrações é indicativa do provável enquadramento de cada tipo infracional, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, ao longo do processo administrativo sancionatório.

4. PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

4.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no art. 82 da Lei Estadual nº 6.544/1998 e no art. 156 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, quando decretada a caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- c) o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, aos PASSAGEIROS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- d) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- e) a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- f) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- g) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

4.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

4.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

5. VALORES DE MULTAS

Tabela I
Definições dos Grupos

Grupos	Valores de Multas
I	[--]
II	[--]
III	[--]
IV	[--]
V	[--]
VI	[--]
VII	[--]
VIII	[--]
IX	[--]
X	[--]

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela II

Níveis de Classificação das Penalidades

Nível	Classificação das Penalidades
A	5% do Valor da Multa
B	10% do Valor da Multa
C	30% do Valor da Multa
D	50% do Valor da Multa
E	75% do Valor da Multa
F	100% do Valor da Multa

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

6. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES¹

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
PLANOS, CERTIFICADOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS				
1	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, com todos os planos que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
2	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE INVESTIMENTOS e/ou suas revisões, com todos os planos que o compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	III	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
3	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	B	Não implantar parcialmente
			B	Não implantar integralmente
			C	Não submeter e/ou iniciar atos sem a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
				autorização e/ou aprovação prévia
4	Deixar de submeter o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	A	Por infração
5	5.1. Deixar de submeter o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou os PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO no prazo e na forma estabelecidos no ANEXO IV.A do CONTRATO, inclusive considerando as diretrizes PADRÃO DE DESEMPENHO 5 do IFC.	IV	F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
	5.2. Deixar de iniciar a implantação ou de observar o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou os PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e no ANEXO IV.A do CONTRATO, considerando as diretrizes PADRÃO DE DESEMPENHO 5 do IFC.	IV	F	Por infração
6	6.1. Deixar de implantar sistema de gestão de qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001, nos processos de OPERAÇÃO e manutenção objeto do CONTRATO, e/ou de obter sua certificação por organismo certificador acreditado pelo INMETRO ou por outro organismo legalmente reconhecido, no prazo estabelecido no CONTRATO.	I	F	Não início na data preestabelecida
	6.2. Perder, a qualquer momento ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, a certificação a que alude o Item 6.1 acima.	III	F	Por infração
	6.3. Deixar de obter, manter vigentes e renovar todas as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas e alvarás em nome	I	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO, excetuados os casos previstos em tipos infracionais específicos.			
	6.4. Deixar de apresentar, no prazo solicitado pelo PODER CONCEDENTE, as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO.	I	D	Por Infração
7	Alterar, atualizar ou revisar os PLANOS sem submissão ao PODER CONCEDENTE, na forma determinada no CONTRATO.	III	F	Por infração
8	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS, no prazo e na forma estabelecido no CONTRATO e em seu ANEXO IV.B	I	F	Não submissão e/ou não implantação
9	Deixar de submeter, implantar ou observar o PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, no prazo e na forma estabelecidos no ANEXO IV.A do CONTRATO.	I	F	Não submissão e/ou não implantação
10	Deixar de submeter, implantar ou observar o ESIA, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	F	Não submissão e/ou não implantação
SEGUROS E GARANTIAS				
11	Não entregar certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos no CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice entregue anteriormente.	I	F	Por certificado ou apólice não entregue.
12	Não entregar cartas de fiança, títulos da dívida pública, certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior.	I	F	Por carta de fiança, título da dívida pública, certificado ou apólice não entregue.
IMPLANTAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
13	Não iniciar ou iniciar com atraso a implantação de obras referentes às ampliações, requalificações,	VI	F	Por obra.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	adequações e modernizações, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente, respeitando os marcos e etapas que o constituem.			
14	Não concluir ou concluir com atraso a implantação de obras referentes às ampliações, requalificações, adequações e modernizações, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente, respeitando os marcos e etapas que o constituem.	VII	F	Por obra.
15	Não apresentar tempestivamente PLANO DE INVESTIMENTO nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	II	B	Por Infração.
16	Descumprir EVENTOS DE PAGAMENTO previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO de um mesmo EMPREENDIMENTO.	III	F	Por evento.
17	Descumprir o marco temporal de término da execução das obras relacionadas à acessibilidade nas Estações [- -].	III	F	Por estação.
ASSUNÇÃO DO SERVIÇO/TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS				
18	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO de duração das fases contratuais previstas na Cláusula 8.1 independentemente da concordância do PODER CONCEDENTE com eventual prorrogação, em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta, ainda que concomitantemente à ocorrência do evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ou descumprimento contratual deste.	VI	F	Por infração.
19	Deixar de apresentar o quadro técnico dos MULTIPLICADORES escalados para o treinamento realizado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, no prazo fixado no CONTRATO.	I	F	Por infração.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
20	Deixar de assinar o TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e/ou o TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE no prazo fixado no CONTRATO.	I	F	Por infração.
21	Deixar de iniciar a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS após a emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.	VI	F	Por infração.
PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS				
22	Deixar de preservar a atualidade e modernidade na prestação dos SERVIÇOS, na forma detalhada na Cláusula 18 do CONTRATO.	I	F	Por item ou serviço.
PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS À REDE METROVIÁRIA				
23	Deixar de ceder, sem ônus e definitivamente, ao PODER CONCEDENTE, à CPTM e às futuras SUCESSORAS, licença para usar estudos, projetos e outros trabalhos intelectuais criados e utilizados ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, ou direitos de propriedade intelectual, nos termos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por licença.
24	Descumprir a obrigação de garantir que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso aos respectivos códigos ao PODER CONCEDENTE.	VII	F	Por sistema.
25	Utilizar a documentação técnica relativa à CONCESSÃO, especialmente aos BENS INTEGRANTES, para fins diversos dos previstos no CONTRATO.	IV	F	Por infração.
26	Deixar de disponibilizar ao PODER CONCEDENTE, após solicitação formal, cópia digital de documentação gerada com a implantação da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, ou a prestação dos SERVIÇOS, assim como alterações na referida documentação no decorrer da OPERAÇÃO.	IV	F	Por infração.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL E PASSIVOS AMBIENTAIS				
27	27.1. Deixar de tomar as providências necessárias para emissão das autorizações, anuências e outorgas ambientais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, descritas no CONTRATO e no ANEXO IV.B.	III	F	Por infração.
	27.2. Deixar de obter as LICENÇAS AMBIENTAIS de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, necessárias à execução do CONTRATO, observados os termos do CONTRATO e de seu ANEXO IV.B.	III	F	Por infração.
28	Deixar de cumprir exigências ou condicionantes estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS obtidas pela CONCESSIONÁRIA ou transferidas pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto na Cláusula 58 do CONTRATO e no ANEXO IV.B do CONTRATO.	III	F	Por infração.
29	Deixar de manter vigentes ou renovar todas as licenças, autorizações, anuências e outorgas ambientais necessárias à execução do CONTRATO.	VI	E	Por infração.
30	Deixar de implantar ou manter sistema de gestão ambiental, observados o prazo e as condições constantes do CONTRATO e do ANEXO IV do CONTRATO.	IV	E	Por infração.
31	Deixar de solicitar, quando pertinente, a retificação da LICENÇA AMBIENTAL de Operação de Regularização, em conformidade com a legislação vigente, observado o ANEXO IV.B do CONTRATO.	IV	E	Por infração.
32	Deixar de tomar as providências descritas no ANEXO IV.B do CONTRATO para gestão dos PASSIVOS AMBIENTAIS.	VI	E	Por infração.
RECEITAS ACESSÓRIAS				
33	Iniciar a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, sem comunicar previamente ou encaminhar ao PODER CONCEDENTE as minutas dos	I	F	Por infração.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	respectivos contratos ou outros documentos pertinentes, contendo as informações exigidas no CONTRATO.			
34	Explorar ou auferir RECEITA ACESSÓRIA sem compartilhar os valores auferidos com o PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.	I	F	Por contrato, sem prejuízo do pagamento retroativo, devidamente atualizado
35	Deixar de encaminhar ao PODER CONCEDENTE, no prazo previsto no CONTRATO, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, cópia das faturas e instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO.	I	F	Por infração
36	Explorar direta ou indiretamente fontes alternativas ou complementares de receita ou explorar comercialmente projetos ou empreendimento associados na ÁREA DA CONCESSÃO que comprometam a segurança da OPERAÇÃO e os padrões de qualidade dos SERVIÇOS.	IV	F	Por contrato
37	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.	I	F	Por contrato
38	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS por prazo superior ao PRAZO DA CONCESSÃO, sem autorização prévia e expressa do PODER CONCEDENTE.	IV	F	Por contrato
FINANCIAMENTO				
39	39.1. Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO como garantia de operações e financiamentos sem a anuência prévia e expressa do PODER CONCEDENTE.	VII	F	Por infração
	39.2. Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de	VII	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo PODER CONCEDENTE			
BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO				
40	Deixar de manter os BENS INTEGRANTES em bom estado de conservação, em pleno funcionamento e em segurança.	VII	F	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [--]
			E	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [--]
			D	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [--]
			C	Aferição de dano aos BENS INTEGRANTES de valor superior a [--]
41	Deixar de manter o INVENTÁRIO atualizado, com todas as informações exigidas e na forma prevista no CONTRATO.	I	F	Por aferição de desatualização do INVENTÁRIO
42	Deixar de registrar os BENS INTEGRANTES na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua distinção em relação aos bens exclusivamente privados, observadas as normas contábeis vigentes e o CONTRATO.	I	F	Por BEM INTEGRANTE não registrado
43	Tentar ou consumir fraude na caracterização dos BENS INTEGRANTES no INVENTÁRIO, mediante dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA.	VI	F	Por infração
44	Alienar, transferir a terceiros ou constituir ônus, de qualquer natureza, sobre os BENS INTEGRANTES sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, exceto nos casos previstos na Cláusula 13.13 do CONTRATO.	VII	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
45	Deixar de mencionar expressamente a vinculação dos BENS INTEGRANTES à CONCESSÃO nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que os envolvam.	I	F	Por infração
46	Utilizar ou dispor dos BENS INTEGRANTES fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
47	Deixar de reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS INTEGRANTES, nas condições previstas no CONTRATO, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, quando de sua extinção.	VII	F	Por infração
48	Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores a qualquer título entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que: (i) o PODER CONCEDENTE emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os bens revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos; e (ii) esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.	VII	F	Por infração
49	Deixar de apresentar relatórios cumulativos de acompanhamento de falhas de todos os sistemas e do MATERIAL RODANTE com o conteúdo e no prazo previstos no CONTRATO.	I	F	Por infração
CONCESSIONÁRIA				
50	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ou deixar de fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA na hipótese tratada na Cláusula 44.3.3.2 do CONTRATO.	VI	F	Por infração
51	Modificar a composição societária da CONCESSIONÁRIA, implicando a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, sem prévia e expressa anuência do PODER	IV	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	CONCEDENTE, nas situações em que exigida no CONTRATO.			
52	Deixar de submeter e instituir o PROGRAMA DE CONFORMIDADE no prazo e na forma previstos no CONTRATO.	III	D	Deixar de instituir
			F	Deixar de submeter
53	Não desenvolver, publicar e implantar POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, no prazo definido no CONTRATO	III	F	Por infração, independente do descumprimento se dar por ausência de desenvolvimento, publicação ou implantação
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS				
54	Interromper a prestação de qualquer dos SERVIÇOS, fora das hipóteses previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS.	VII	F	Por infração
55	Deixar de subsidiar o VERIFICADOR INDEPENDENTE com informações necessárias para apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, no prazo fixado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.	III	F	Por infração
56	Operar com intervalos acima dos limites aceitáveis para o INDICADOR DE DESEMPENHO FQP descrito ANEXO III.D	I	F	Por aferição de descumprimento do INDICADOR DE DESEMPENHO FQP
57	Operar com lotação acima do definido no ANEXO III.D.	I	F	
58	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS e o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para manter limpas as estações e suas dependências, bem como equipamentos de uso público, inclusive as partes externas e internas dos trens, bem como os elevadores e vias.	I	D	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
59	59.1 Não implantar, antes do início da OPERAÇÃO COMERCIAL de cada SERVIÇO, mecanismos de controle de fraudes/evasão no uso dos SERVIÇOS, sem o pagamento, quando devido, da TARIFA PÚBLICA.	IV	F	Por infração
	59.2 Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS e o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para coibir prática fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA PÚBLICA, quando exigível seu pagamento.	I	F	
	59.3 Viabilizar ou facilitar a prática de conduta fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA PÚBLICA, quando exigível seu pagamentos.	VI	F	Por infração
60	Não atender aos eventos geradores de alta demanda, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO III.E.	IV	F	Por infração
61	Não adotar as providências próprias de atendimento pré-hospitalar ou ambulatorial ao alcance da CONCESSIONÁRIA para mitigar quaisquer danos ocorridos ou socorrer pessoas acidentadas ou com mal súbito no interior da ÁREA DA CONCESSÃO.	II	F	Por infração
62	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS e o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para prevenir de crimes e contravenções na ÁREA DA CONCESSÃO.	I	F	Por infração
63	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS e o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO a fim de coibir comportamentos inadequados dos PASSAGEIROS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas, bem como no ANEXO III.E do CONTRATO.	I	F	Por infração
64	Deixar de desenvolver, implantar e manter um sistema informatizado de gestão de manutenção (CMMS) e sistema informatizado de operação, nas	IV	F	Por infração, independente do descumprimento se dar por ausência de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	condições e prazo definidos nos ANEXOS II.C, III.A e III.D.			desenvolvimento, implantação ou manutenção
65	Não dar o atendimento previsto nas diretrizes CONTRATUAIS e no PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para as manutenções corretivas nos casos de inoperância de equipamento (ocorrências urgentes e não urgentes).	II	F	Por ocorrência urgente não atendida
			D	Por ocorrência não urgente não atendida
66	Não observar as condições e a periodicidade para as manutenções preventivas definidas nos PLANOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.	III	F	Por infração
OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA				
67	Não manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação do SERVIÇO CONCEDIDO, nos termos do CONTRATO.	IV	F	A partir da aferição da perda das condições de habilitação
68	Não cumprir as determinações operacionais dos sistemas metropolitanos de transporte público de passageiros.	IV	F	Por infração
69	Deixar de informar à população e aos PASSAGEIROS, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, sempre que houver alteração da TARIFA PÚBLICA, o seu novo valor e a data de vigência, na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO II.A.	I	F	Por infração
70	70.1 Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes da execução do CONTRATO, bem como aquelas previstas no CONTRATO, ou deixar de comprovar seu cumprimento ao PODER CONCEDENTE.	I	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	70.2 Deixar de comunicar ao PODER CONCEDENTE, nos prazos estabelecidos no CONTRATO, informações relativas à quitação de obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução dos SERVIÇOS, bem como referentes à instauração de processos administrativos ou judiciais, à lavratura de autuações ou à imposição de multas em seu desfavor que tenham por objeto esses encargos.	I	F	Por infração
71	Realizar a emissão de títulos e valores mobiliários ou qualquer operação de dívida que envolva a oferta em garantia dos direitos emergentes da CONCESSÃO ou de ações da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.	IV	F	Por infração
72	Não comunicar em 24 (vinte e quatro) horas ao PODER CONCEDENTE, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse histórico, arqueológico ou paleontológico, bem como superveniências de caráter geotécnico, ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.	IV	F	Por infração
73	Não apresentar, no prazo previsto no CONTRATO, e publicar as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	I	F	Por infração
74	Não refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem ônus ao PODER CONCEDENTE ou à prestação dos SERVIÇOS, toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS, observando os prazos definidos pelo PODER CONCEDENTE.	III	F	Por obra não refeita, adequada ou corrigida

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
75	Não obter e manter, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, o AVCB para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO.	II	F	Por infração
76	Não oferecer e/ou não manter em favor dos PASSAGEIROS quaisquer dos canais de comunicação, excetuando a ouvidoria, previstos no CONTRATO e seus ANEXOS, quando não houver outro tipo infracional específico que se aplique ao caso.	I	F	Por infração
77	Não instituir e/ou não manter uma ouvidoria permanente com as atribuições previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
78	Violar obrigação decorrente do dever de sigilo ou de proteção de dados pessoais previstas no CONTRATO.	IV	F	Por infração
79	Acessar o imóvel objeto de desapropriação ou desocupação antes do pagamento da indenização e, se for o caso, das demais compensações e assistências previstas nos PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO.	VII	F	Por dia
EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS CONTINGENTES				
80	Recusar-se, sem respaldo no CONTRATO, a tomar as medidas de sua alçada para inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS e de INVESTIMENTOS CONTINGENTES no objeto da CONCESSÃO.	III	F	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE não incluído
81	81.1 Recusar-se a tomar as medidas de sua alçada para inclusão no objeto da CONCESSÃO de INFRAESTRUTURA INCORPORADA, nas condições da Cláusula 43.6 do CONTRATO.	III	F	Por INFRAESTRUTURA INCORPORADA não incluída
	81.2 Deixar de proceder às correções necessárias nas obras relativas à INFRAESTRUTURA INCORPORADA,	III	F	Por obra

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	quando assim for acordado, na hipótese da Cláusula 43.12. do CONTRATO.			
	81.3 Deixar de operar, manter ou conservar a INFRAESTRUTURA INCORPORADA acrescida ao objeto da CONCESSÃO.	III	F	Por infração
	81.4 Deixar de submeter ao PODER CONCEDENTE planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA ou deixar de realizar os ajustes necessários nos seguros.	II	C	Não submissão do planejamento para gestão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA
			F	Não realização nos ajustes necessários nos seguros para cobertura da INFRAESTRUTURA
82	Descumprir os prazos de início da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL ou de INVESTIMENTO CONTINGENTE.	II.	F	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE
83	Descumprir os prazos de término da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL ou de INVESTIMENTO CONTINGENTE.	II	F	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE
84	Descumprir os marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS referente à execução de EMPREENDIMENTOS	II	F	Por marco temporal descumprido
85	Descumprir o prazo previsto para os EVENTOS DE PAGAMENTO referentes à execução de EMPREENDIMENTOS	III	F	Por EVENTO DE PAGAMENTO cujo prazo foi descumprido
GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS				

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO		GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
86	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.		VI	F	Por infração
87	87.1 Não fornecer ao PODER CONCEDENTE cópias das apólices de seguros contratadas e de suas renovações, com comprovação de que os respectivos prêmios se encontram pagos.		II	F	Por infração
	87.2 Não contratar, renovar, atualizar ou manter vigentes os seguros, na forma exigida no CONTRATO.		VI	F	Por infração
FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO					
88	Não apresentar ao PODER CONCEDENTE as informações pertinentes ao exercício de seu poder de fiscalização.		II	F	Por infração
89	Não fornecer credenciais para usuário representante do PODER CONCEDENTE para acesso às informações e a documentos, ou eventual realização de auditorias, nos termos previstos no CONTRATO.		I	F	Por infração
SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO					
90	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.		IV	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
91	Rescindir antecipadamente o contrato do OPERADOR SUBCONTRATADO, em desconformidade com o disposto no CONTRATO.	VIII	F	Por infração
92	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	VII	F	Por infração
ANEXO II.E – Apoio Técnico, Auditor Independente e Verificador Independente				
93	Não iniciar o processo de seleção ou não firmar os respectivos contratos com o APOIO TÉCNICO, o AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e o VERIFICADOR INDEPENDENTE nos prazos definidos no CONTRATO e no ANEXO II.E do CONTRATO.	II	F	Por contrato não firmado
94	Praticar conluio, diretamente ou por meio de representantes, prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA, junto ao AUDITOR INDEPENDENTE, à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e o seu ANEXO II.E.	VI	F	Por infração
Anexo III.A – Plano Operacional				
95	Não disponibilizar ou manter à disposição do PODER CONCEDENTE Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção (CMMS), nas condições previstas nos ANEXOS II.C e III.A do CONTRATO	IV	F	Por infração
96	Descumprir diretrizes mandatárias previstas no ANEXO III.A do CONTRATO, resultando em acidente com vítima.	VI	F	Por acidente com vítima decorrente de descumprimento das

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
				diretrizes do ANEXO III.A
Anexo III.B – Diretrizes de Transição Operacional e de Manutenção				
97	Não ressarcir à CPTM valores referentes a energia consumida, nos termos do disposto no ANEXO III.B do CONTRATO.	I	F	Por infração
Anexo III.D – Indicadores de Desempenho e Regras de Cálculo dos Descontos				
98	Manter performance aquém do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO relativo a um determinado SERVIÇO, por 3 (três) meses sequenciais, conforme disposto no ANEXO III.D do CONTRATO.	IV	F	Por infração
99	Não atingir a performance do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), em um mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO relativo a determinado SERVIÇO, por 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante um intervalo de 12 (doze) meses, conforme disposto no ANEXO III.D.	IV	F	Por infração
100	Em qualquer mês, for atribuída nota 0,0 (zero) a mais de 50% (cinquenta por cento) dos INDICADORES DE DESEMPENHO relativos a determinado SERVIÇO, conforme disposto no ANEXO III.D.	IV	F	Por infração
101	Deixar de registrar ocorrências não urgentes ou atividades programadas de manutenção no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, com as informações requeridas no ANEXO III.D	I	F	Por ausência de registro
102	Deixar de registrar ocorrências urgentes no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, com as informações requeridas no ANEXO III.D.	II	F	Por ausência de registro
103	s Identificação de divergências entre os dados, de ocorrência urgente ou não urgente ou falhas ou de atividade programada de manutenção, apresentados pela CONCESSIONÁRIA no registro do SIGO, do CMMS	IV	F	Por divergência identificada

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	ou outro sistema e aqueles apurados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE			
104	Caso existam alterações dos registros, de ocorrência urgente ou não urgente ou de atividade programada de manutenção, e essas alterações não tenham sido informadas ao VERIFICADOR INDEPENDENTE;	V	F	Por alteração não informada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE
105	Postergação do registro de falhas das ocorrências urgentes ou não urgentes ou de qualquer natureza.	I	F	Por registro atrasado
106	Deixar de cumprir as atividades de manutenção programadas para tratar ocorrências não urgentes, observado o ANEXO III.D.	II	F	Por manutenção descumprida
107	Deixar de cumprir as atividades de manutenção programadas para tratar ocorrências urgentes, observado o disposto no ANEXO III.D.	III	F	Por manutenção descumprida
108	Deixar de dar atendimento imediato de manutenção a ocorrências urgentes que provoquem situações de “Estação Irregular”, “Linha Irregular” e/ou “Trem Irregular”, nos termos do ANEXO III.D.	IV	F	Por infração
109	Não observar o prazo previsto no ANEXO III.D para implantação do sistema de monitoramento por imagens para apuração do INDICADOR DE DESEMPENHO de Ocupação em Hora Pico por Imagem (OCP).	II	F	Por infração
110	110.1 Deixar de atender, em cada item, as condições / ocorrências da Tabela 11 do ANEXO III.D, para consideração de “Estação Regular”.	II	F	Por item descumprido
	110.2 Deixar áreas de circulação de passageiros comprometidas por obstáculos não sinalizados ou com conservação em desacordo com o Anexo III.D, Anexo III. A e com o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.	I	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	110.3. No caso de inoperância de uma escada rolante, seja por falha ou manutenção programada, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, a prática de qualquer das seguintes condutas: (i) deixar de apresentar ao PODER CONCEDENTE, com cópia ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo inicial de 48 (quarenta e oito) horas, o cronograma de solução da irregularidade; (ii) descumprir prazo e ações estabelecidos no cronograma de solução da irregularidade; ou (iii) deixar de apresentar justificativas quando o prazo de restabelecimento constante do cronograma for superior a 15 (quinze) dias.	I	F	Por infração
	110.4 Inoperância de duas ou mais escadas rolantes simultaneamente, por falha ou manutenção programada.	II	D	Por infração
	110.5 Falta de atendimento por equipe especializada ou inoperância de quaisquer equipamentos obrigatórios exigidos para pessoas com deficiência.	I	F	Por infração
	110.6. No caso de inoperância de elevador, seja por falha ou manutenção programada, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, a prática de qualquer das seguintes condutas: (i) deixar de apresentar ao PODER CONCEDENTE, com cópia ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo inicial de 48 (quarenta e oito) horas, o cronograma de solução da irregularidade; (ii) descumprir prazo e ações estabelecidos no cronograma de solução da irregularidade; ou (iii) deixar de apresentar justificativas quando o prazo de restabelecimento constante do cronograma for superior a 15 (quinze) dias, constante do cronograma.	I	F	Por infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ITEM	INFRAÇÃO		GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
	110.7 Inoperância de qualquer componente do PCI, não constituição ou manutenção de brigada de incêndio, ou, ainda, não demonstração do atendimento das inspeções obrigatórias		II	F	Por infração